



ATA – PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2025

Ata da Audiência Pública de 29 de setembro de 2025. Prestação de Contas do segundo quadrimestre do ano de 2025 dos Poderes Executivo, Legislativo e PREVIPORÃ do Município de Ponta Porã – MS. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para secretariar a presente sessão o vereador Daniel Valdez Puka, que é relator da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Com a palavra, secretário ad hoc, Daniel Valdez Puka. Bom dia. De acordo com as determinações legais contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e no artigo 75, inciso XI, da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, iniciamos neste momento a Audiência Pública de demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre do exercício de 2025. Passo a palavra ao nosso presidente, Agnaldo. Em nome da Transparência, da moralidade e da democracia, declaro aberta a presente Audiência Pública de Prestação de contas do segundo quadrimestre do exercício de 2025. Agradecer aqui a presença dos vereadores Marcelino Nunes de Oliveira, Lourdes Monteiro, Vanderlei Avelino, também, neste momento, a presença do Rafael Fração, que compõe a mesa dos trabalhos, presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais, também a presença, que compõe a mesa, do Sr. Fabrício Cerviéri, secretário municipal de Planejamento, e também a presença do Miguel Jaime, servidor desta Casa de Leis, que fará a apresentação do Legislativo. Fazer uma foto oficial para liberar a mesa. Eu quero já deixar convocado aqui, na seguinte ordem, de apresentação das contas. Primeiro, convidar o Miguel Jaime Nascimento para fazer a apresentação da Câmara Municipal como a primeira apresentação. Segunda apresentação, Rafael Fração, presidente do Instituto de Previdência Social. E terceira apresentação, professor Fabrício Cerviéri, secretário municipal de Planejamento. Após as explanações, os questionamentos, que vocês poderão fazer por escrito com a servidora Bel, que estará ali à direita do nosso plenário, aguardando as perguntas. Bom dia a todos e a todas. Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal, vereador Agnaldo Pereira Lima, nesse ato também presidindo a Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Excelentíssimo Sr. Daniel Puka Valdez, neste ato, secretário da Comissão. Senhores vereadores que formam e acompanham esta casa de Leis. Secretário de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Finanças, Dr. Fabrício Cerviéri. Diretor-presidente do PREVIPORÃ, Rafael Fração. Demais senhoras e senhores, todos consideram-se saudados. Primeiramente, eu quero justificar a ausência da nossa contadora, Fernanda Palermo, por motivo de saúde, e também da nossa contadora geral, Esli Tavares, também por motivo de saúde. Prestação de conta do segundo quadrimestre da Câmara Municipal de Ponta Porã. Os dados aqui apresentados são consolidados e maiores esclarecimentos sobre os mesmos poderão ser solicitados oficialmente às secretarias competentes. Legislação aplicável. Parágrafo 4º do artigo 9º e artigo 63 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações aqui transcritas foram extraídas dos balancetes no período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de agosto de 2025. Repasse do executivo. De janeiro a agosto de 2025, o valor de R\$ 1,8 milhão, perfazendo um total de R\$ 14,4 milhões. Despesas realizadas no período. Vencimentos, vantagens fixas, pessoal civil, de 1º de janeiro de 2025 a 31 de agosto de 2025. Subsídios de vereadores, salários de funcionários, R\$ 6.938.537,08. Obrigações patronais previdenciárias do INSS, vereadores e funcionários, R\$ 882.950,87. Contribuições patronais, PREVIPORÃ. Funcionários ativos, R\$ 200.229,03. Aporte para cobertura de déficit atuarial, PREVIPORÃ. Funcionários ativos, R\$ 232.723,34. Despesa com a manutenção do legislativo, aplicações direta. Equipamentos e materiais permanentes, R\$ 36.014,00. Despesa civil, R\$ 62.271,58. Material de consumo, R\$ 67.474,53. Passagem e despesa com locomoção, R\$ 25.567,51. Serviços de consultoria, R\$ 222.300,78. Serviço de terceiros, pessoas jurídicas, R\$ 743.745,12. Serviço de tecnologia informática e comunicação, R\$ 62.073,28. Indenizações, R\$ 50.440,93, perfazendo um total de R\$ 1.269.887,73. Total das despesas realizadas no período, R\$ 9.524.328,05. Obrigações previdenciárias, INSS, parte segurado, vereadores e funcionários, pago, R\$ 417.546,44. Obrigações previdenciárias, INSS parte segurado, funcionários ativo, R\$ 200.229,03. Aplicação constitucional nos últimos 12 meses, limite constitucional, LRF, aplicado. Gasto com pessoal, máximo 6%, aplicado 2,49%. Nosso presidente está fazendo aqui uma boa economia, que está tendo até uma folga aqui. Pode aplicar até 6% e está gastando 2,49%. Relatório de gestão fiscal, entre 1º de setembro de 2024 a 31 de agosto de 2025. Artigo 20, inciso III, letra a, da LRF. Receita corrente líquida, RCL, 12 meses, de setembro de 2024 a agosto de 2025, R\$ 504.747.737,91. Despesa total com pessoal, com pessoal, de 2,49, R\$ 12.591.287,09. Limite máximo permitido, inciso I, II e III, do artigo 20 da LRF, máximo 6%,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

R\$ 30.284,864,27. Limite prudencial, parágrafo único, artigo 22 da LRF, 5,70%, R\$ 28.770.621,06. Limite de alerta, inciso II do parágrafo 1º do artigo 59 da LRF, 5,40%, R\$ 27.256.377,84. Relatório fiscal quadro comparativo. Limite máximo permitido, inciso I, II III do artigo 20 da LRF, 6%, Primeiro quadrimestre de 2025. Despesa bruta com pessoal, 2,53%. Um total de R\$ 12.187.467,46. Segundo quadrimestre de 2025. Despesa bruta com pessoal, 2,49%. Um total de R\$ 12.591.387,09. Aplicação constitucional segundo quadrimestre de 2025. Aplicado. Gasto com folha percentual do duodécimo. Máximo, 70%. O nosso presidente aplicou até agora 48,19%. Tem uma folga de quase 30% do presidente. Despesa com folha até primeiro quadrimestre de 2025. De 1º de janeiro de 2005 a 31 de agosto de 2025. Duodécimo recebido, R\$ 14.400.000,00. Limite máximo permitido, 70%. Artigo 29, § 1º da Constituição Federal de 1988. R\$ 10.080.000,00. Despesa total com folha, artigo 18 da LRF. Até o segundo quadrimestre de 2025, R\$ 6.938.537,08. Percentual utilizado, 48,19%. Despesa com folha, quadro comparativo. Limite máximo permitido, 70%. Artigo 29, § 1º da Constituição Federal de 1988. Despesa com folha, primeiro quadrimestre de 2025. R\$ 3.164.889,22. Percentual utilizado, 43,96%. Segundo quadrimestre de 2025, R\$ 6.938.537,08. Percentual utilizado, 48,19%. Ativo permanente até o segundo quadrimestre de 2025. Saldo anterior em 2024. Positivo de R\$ 1.005.164,24. Aquisição e incorporação. Positivo R\$ 154.598,88. Depreciação, amortização, exaustão e reavaliação, zerado. Desincorporação e ativo, zerado. Saldo atual, R\$ 1.159.773,12. Restos a pagar, 2023-2024. Restos a pagar inscritos em 2023, R\$ 39.545,86. Restos a pagar inscritos em 2024, R\$ 1.343.769,48. Cancelado em 2025, zerado. Restos pagos em 2025, R\$ 1.196.799,76. Restos a pagar, R\$ 186.515,58. Saldo caixa, equivalência de caixa até o final do segundo quadrimestre de 2025. Caixa econômica federal, R\$ 4.959.256,91. Banco do Brasil, R\$ 160.436,85. Provisão estimada para 13º e obrigações futuras em aplicação, zerado. Rendimentos de aplicação, R\$ 185.679,57. Valor considerado pelo banco, não considerado pela contabilidade, zerado. Total disponível, R\$ 5.305.373,33. Presidente, realmente, aquilo que o senhor falou, não é fácil usar a tribuna. Gente, obrigado pela atenção, então, qualquer dúvida, é só enviar para a Fernanda, que ela vai responder. Obrigado a todos. Convido para fazer uso da tribuna e apresentação das contas Rafael Fração, que vai fazer a apresentação do PREVIPORÃ. Em nome do vereador Agnaldo Pereira Lima, gostaria de dar bom dia a todos. Hoje, prestarei contas do 2º quadrimestre de 2025, onde são considerados os





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

dados consolidados de janeiro a agosto. Aqui, nessa planilha, temos as alíquotas de contribuições previdenciárias, obrigação patronal dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas, que é uniforme para todos, de cada um, fica em 14%. Os aposentados e pensionistas que estão inseridos nessa planilha, são somente aqueles que recebem acima do teto do INSS, eles contribuem sobre a diferença desse valor. Todas as contribuições previdenciárias poderão ser creditadas para o PREVIPORÃ até o último dia do mês subsequente ao da competência. Um exemplo, agora, o mês de agosto pode ser repassado até, ou do mês de agosto pode ser repassado até amanhã, dia 30, e não tem nenhum prejuízo para os entes. As contribuições dos servidores ativos e inativos, pensionistas repassados no período de janeiro a agosto, totalizam R\$ 13.868.694,30. As contribuições patronais do Executivo e Legislativo, repassadas no período, totalizaram R\$ 13.033.829,61, restando um saldo de R\$ 730.477,86 do Executivo, que, como eu disse, pode ser repassado até amanhã, sem nenhum tipo de penalidade ou encargo. O aporte financeiro do Executivo, no valor de R\$ 11 milhões, está em atraso, mas que pode ser regularizado, mas com as combinações legais da lei, com multa, correção e tudo mais, não tem nenhum prejuízo. Outras contribuições repassadas no período de janeiro a agosto, totalizaram R\$ 5.654.567,15, que são representadas por parcelamento de débitos previdenciários, compensação financeira entre o Previporã e o INSS, contribuições originais de sentenças judiciais e outras receitas. Nessa planilha estão demonstrados a utilização dos recursos previdenciários no período, que resultou em R\$ 34.317.223,24. Aqui foram os gastos tidos com os custeios da atividade do Previporã, desde folha de pagamento dos servidores do Instituto, folha de pagamento dos aposentados e pensionistas, despesas do exercício anterior, repassadas de consignados, que é retido do exercício anterior e repassado nessa competência. Como podemos ver, o exercício de 2024, encerramos o ano de 2024 com um saldo de investimento na ordem de R\$ 168.491.270,29. Até esse momento, o saldo financeiro é de R\$ 185.939.736,96. Ou seja, estamos em superávit financeiro na ordem de R\$ 17.448.000,00. E, fazendo o pagamento de todas as obrigações, ainda estamos em superávit. A nossa carteira de investimento teve rentabilidade de 9,0% ao ano, nesse período até agosto, ficando acima da meta atuarial, que é de 6,58% para esse mesmo período, que é onde representa um superávit de 2,49% no período. Para se terem uma ideia, a rentabilidade obtida em 2024, no ano inteiro, foi de 6,19%. Ou seja, a carteira do Previporã está bem alocada.





CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Nós já superamos o ano todo de 2024 e ainda tem mais um período pela frente para a gente rentabilizar um pouco mais nossa carteira. É uma carteira bem conservadora. Nesse gráfico, notamos que, apenas no mês de fevereiro, o desempenho ficou distante da meta. Nos outros meses, janeiro, abril e agosto, ficou bem acima da meta. Essa planilha, estão descritas todas as aplicações financeiras e a sua disponibilidade em 31/08/2025, onde estão representados os R\$ 185.939.736,96 reais. É uma carteira bem conservadora, não está exposta a riscos, 99,17%, salvo engano, renda fixa, em títulos públicos, praticamente zero risco. Pessoalmente, obrigado a todos pela atenção. Convido para fazer uso da tribuna o secretário Fabrício Cerviéri, secretário de Planejamento da Prefeitura de Ponta Porã. Bom dia a todos. Na pessoa do nosso presidente, vereador Agnaldo, cumprimento os vereadores presentes e o público que nos prestigia hoje. Vamos falar no segundo quadrimestre do ano de 2025. A demonstração das metas fiscais do município de Ponta Porã, segundo a lei orçamentária de dezembro de 2024. As receitas do município. Temos um orçamento estimado de R\$ 900 milhões de reais para esse ano de 2025. Já adianto que não vamos chegar nem perto disso, infelizmente. A receita não tem se comportado do jeito que a gente previa no passado. Então, provavelmente, a gente deve fechar isso aí com um número um pouco menor. A receita arrecadada até o presente momento, até 31 de agosto, foi de R\$ 417 milhões. Então, se vocês fizerem aí um cálculo, continha de padaria, R\$ 417 milhões em dois quadrimestres. Temos só mais um quadrimestre. Se mantiver a média, a gente chega a R\$ 600 milhões e pouco. Mas o último quadrimestre é sempre mais forte. Então, a gente deve chegar lá próximo dos R\$ 800 milhões. Em comparação com o ano passado, para vocês terem uma ideia do que o município tem feito de esforço para manter a vida em dia, ano passado nós tivemos um orçamento de R\$ 749 milhões, em comparação com os R\$ 900 milhões desse ano. E até o mês de agosto, ano passado, nós tínhamos arrecadado R\$ 482 milhões. Tivemos uma queda de 64 milhões de reais no mesmo período. Isso dá muita diferença. O município teve que achar maneiras de compensar esse valor. Por isso, até alguns débitos ainda que o município tem. As receitas. Receitas com imposto, R\$ 69 milhões. Só demonstrando, não está aí o número. Ano passado, o total da nossa receita com tributos foi de R\$ 76 milhões. Esse ano, também, exatamente o mesmo valor R\$ 76 milhões de arrecadação de tributos. Se você pensar, então, não caiu. Se você colocar a inflação, está mantendo o mesmo nível. Nós tivemos um esforço tributário muito forte. Mas, infelizmente, esse esforço tributário





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

foi desperdiçado em outras receitas que o município perdeu, principalmente em saúde e educação. E IPTU, R\$ 24 milhões. Ano passado, nós arrecadamos, nesse mesmo período, a mesma quantidade também. Na verdade, ano passado, foi R\$ 23 e 800. E ITBI, R\$ 5 milhões. Esse número mostra um pouco da questão imobiliária no município. As transferências de imóveis, tanto rurais quanto urbanos. Esse ano, nós arrecadamos R\$ 5 milhões. Ano passado, no mesmo período, foram R\$ 8 milhões. Isso mostra um desaquecimento da atividade dentro do município. Imposto de renda, R\$ 16 milhões. ISS, R\$ 23.954 mil reais, Ano passado, esse número foi de R\$ 23.800 mil reais. Arrecadamos nominalmente R\$100 mil reais a mais de ISS. Mas, na verdade, o ISS foi um dos impostos que o município mais arrecadou, melhor arrecadou. Ele teve uma atividade muito boa. Em termos de número, é a mesma coisa. Só que nós perdemos muito ISS nas obras. Perdemos quase R\$ 5 milhões de arrecadação de ISS de obras, que foi compensado através da cobrança efetivada pelo município, tanto dentro do CAC quanto dentro da Procuradoria. Taxas, R\$ 7 milhões. Poder de Polícia do município, que são principalmente os alvarás, R\$ 3.491 mil reais. Valor similar ao do ano passado. Prestação de serviços, R\$ 3.621 mil reais, que é a taxa de coleta de lixo, que foi um pouquinho menor que ano passado. Vigilância sanitária, R\$ 130 mil reais. Contribuição de melhorias, R\$ 13 mil reais. Receitas de contribuição, R\$ 23.150 mil reais, sendo o Plano de Seguridade, R\$ 13.913 mil reais e COSIP, R\$ 9.200 mil reais. A COSIP, ano passado, tinha um valor um pouco maior. Segundo a Energiza, é pela inadimplência nas contas de luz que o repasse está atrasado. Receita patrimonial. Receita imobiliária, R\$ 178 mil reais. Receita imobiliária, que são juros recebidos de aplicações, R\$ 4,8 milhões. Valores muito similares ao do ano anterior. Transferências da União, R\$ 109 milhões. FPM R\$ 66.931 mil reais. Nosso Fundo de Participação dos Municípios e o ITR somado, R\$ 66 milhões. Esse número, ano passado, foi na casa de R\$ 62 milhões. Teve um acréscimo em função do percentual que recebemos um pouquinho maior, se não me engano, em junho. Compensações financeiras, R\$ 1.166 mil reais. Transferências do SUS, R\$ 32.961 mil reais. Teve um aumento considerável no SUS da União. Ano passado foi R\$ 27 milhões. Tivemos um ganho de quase R\$ 6 milhões nas transferências do SUS, que foi totalmente perdido nas transferências do Estado, que eu já vou explicar. Transferências do Fundo Municipal de Assistência Social, R\$ 1 milhão. Fundo Municipal de Educação, o FNDE, R\$ 6.799 mil reais, mesmo valor do ano passado. Transferências do VAAR de Educação, R\$





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

379 mil reais. Ano passado, esse número foi de R\$ 2.380 mil reais. Tivemos uma perda de R\$ 2 milhões dentro da educação. Transferência do Estado, R\$ 93 milhões. ICMS, R\$ 61 milhões. Ano passado foi R\$ 58 milhões, tivemos um ganho. O município do ano passado. Para esse ano, teve um aumento de índice, ganhamos um 0,1 no final do índice, que representou aí quase 4 milhões dentro da conta. IPVA, R\$ 14. 721 mil reais, menor que o ano passado, segundo o DETRAN, também a inadimplência está muito grande. R\$ IPI, R\$ 701 mil reais, cota parte da CID dos combustíveis, R\$ 141 mil reais. E aqui que vem o principal número, gente. SUS do Estado, recebemos R\$ 6 milhões esse ano, até 31 de agosto, do SUS do Estado. Ano passado, mesmo período, nós recebemos R\$ 16 milhões. Comeu tudo que a União mandou e mais um pouco. Convênios e outras receitas do Estado, somados os dois ali, dá algo em torno de R\$10 milhões, mas o mesmo número do ano passado. Transferências de instituições privadas, R\$ 294 mil reais, recursos do FUNDEB, R\$ 68 milhões. Multas administrativas, contratuais e judiciais, R\$ 525 mil reais, esse número, ano passado, foi de quase R\$ 3 milhões, ano passado teve uma atuação do PROCON muito forte em cima dos bancos, a gente recebeu algumas ações. Indenizações e restituições, R\$ 3.111 mil reais, demais receitas correntes, R\$ 248 mil reais. Receitas de capital, R\$ 47 milhões. Esse número, ano passado, foi de R\$ 134 milhões. Você faz aí R\$ 134 milhões menos R\$ 47,5% de ISS, você vai chegar perto dos R\$ 6 milhões que tinha ano passado, que esse ano não teve. A parte de você pegar recursos para investimento, ela te traz duas receitas acessórias muito grandes, que é ISS e imposto de renda. Então, a gente perdeu quase R\$ 6 milhões só em ISS, fora o imposto de renda. Operações de crédito, R\$ 24 milhões. Alienações de bens, 0, transferência de capital, R\$ 22 milhões, compondo aí os R\$ 47 milhões. Receita Intra-Orçamentária, que é o PREVIPORÃ, R\$ 17 milhões, dedução da receita, R\$ 28 milhões, com isso compõe aí a receita do município de R\$ 417 milhões até 31 de agosto. As despesas do município. Orçamento, R\$ 900 milhões, despesa liquidada, R\$ 410 milhões. Comparando os números, de onde o município tirou todo esse recurso que ele perdeu? Grande parte de economia. Ano passado, a gente tinha um orçamento de R\$ 749 milhões e tínhamos gasto, até esse mesmo momento, R\$ 457 milhões. A gente teve uma economia de R\$ 57 milhões dentro da receita geral. Parte em investimentos que não aconteceram mais e grande parte em economias das secretarias. Então, estão aqui os números. Pessoal e Encargos sociais, R\$ 208 milhões. Ano passado esse número foi de R\$ 197 milhões. Tivemos um crescimento





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

da folha de pagamento da ordem de quase R\$ 12 milhões de reais. Isso não foi aumento de pessoal. Isso foi uma atitude que a gente tomou esse ano, a partir de janeiro, e ano passado a gente tinha feito essa mesma coisa só no final do ano. Eu vou mostrar de onde saiu essa diferença na hora que eu mostrar os números do FUNDEB para vocês. Juros e encargos, R\$ 5,1 milhões. Outras despesas correntes, que é a manutenção das secretarias, R\$ 125 milhões. Esse número ano passado foi de R\$ 135 milhões. Investimentos, R\$ 44 milhões. Amortização da dívida, esse é um número importante. A dívida, ano passado nós tínhamos pago de dívida R\$ 17 milhões até a mesma data. Esse ano a gente pagou do principal R\$ 27 milhões até essa data. Esse número vai ficar mais claro na hora que eu demonstrar o endividamento do município. Os recursos vinculados. Vamos falar do FUNDEB. Orçamento previsto, R\$ 105 milhões. Ano passado eram R\$ 95 milhões. Liquidados até o segundo quadrimestre, R\$ 69 milhões. Despesas liquidadas também, R\$ 65 milhões. Projetando esses números, a gente deve passar um pouco desses 105 milhões. O Fundeb deve dar um pouquinho mais que esses R\$ 105 milhões. Mas o importante está aqui. Aplicação dos recursos do FUNDEB. Remuneração de profissionais da educação. Que, teoricamente, teria que colocar só 70%. Está indo 99,9% do FUNDEB todo para a folha de pagamento. O 30%, que era aplicação, ele foi todo jogado para a folha de pagamento. Na verdade, o FUNDEB tinha que ter uma arrecadação de 130%. O que a gente fez, que eu falei agora há pouco? A partir de janeiro, essa diferença aqui, a gente puxou para dentro da folha da prefeitura, que justifica aquele aumento lá. Para o FUNDEB chegar no fim do ano, dentro do seu orçamento. Para o município não precisar colocar dinheiro no fim do ano no FUNDEB, a gente amortizou isso desde janeiro, trazendo esse 30% para dentro da folha da prefeitura, tirando da educação. Metas fiscais do FUNDEB. Saúde. Saúde eu vou rapidinho, porque já teve sexta-feira audiência da saúde, mais específica. Então, receita prevista, R\$ 106 milhões, receita arrecadada, R\$ 67 milhões. Lembrando, a saúde teve uma queda de orçamento, ano passado era R\$ 118 milhões. A gente fez alguns ajustes, principalmente na questão de investimento em função da grande queda de emendas parlamentares. Não só Ponta Porã, mas 90% dos municípios do Brasil, grande parte dos recursos que sustentam a saúde vem de emendas parlamentares. E esse ano, por problemas políticos nacionais, as emendas não vieram no primeiro semestre, começaram a vir a partir de agora. Então, a gente espera uma recuperação disso também, agora, para o fim do ano.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Transferência do município, R\$ 27 milhões. Ano passado, o município colocou, até a mesma data, R\$ 22 milhões. Tivemos que colocar R\$ 5 milhões de reais do município dentro da saúde a mais do que no mesmo período. Receita patrimonial, R\$ 587 mil reais. Transferências da União, R\$ 33 milhões. Transferências do Estado, R\$ 6 milhões. Outras receitas, R\$ 54 mil reais. Para compensar aquela perda que eu falei para vocês aqui no Estado, entrou mais dinheiro da União e dinheiro do município, mantendo a saúde dentro do mesmo patamar do ano passado. Despesas executadas na saúde, orçamento de R\$ 106 milhões. Despesas liquidadas, R\$ 61.733 mil reais. Pessoal em encargos, R\$ 30 milhões. Despesas correntes, R\$ 29 milhões. Investimento, R\$ 2 milhões. Assistência social, orçamento R\$ 18.875 mil reais. Executado até o segundo quadrimestre, R\$ 9 milhões. Como eu falo sempre, a dependência da assistência social é plenamente do município. A União mandou R\$ 1 milhão, o Estado mandou R\$ 800 mil reais, tem cento e poucos mil de rendimentos de aplicação e o município colocou R\$ 8.400 mil reais do total de R\$ 10 milhões. Se você depender da União e do Estado para fazer assistência social, você não faz nada. O recurso é praticamente 90% do município. Demonstração dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, do segundo quadrimestre. Gasto com o pessoal. Estamos no índice de 49,83%. Um pouquinho acima do limite de alerta, mas ainda não chegamos no prudencial. Esse número, se a receita não melhorar até o fim do ano, a previsão é fechar o ano com 50,5%, se as coisas continuarem no estado que estão, que é um número bem diferente do que gostaríamos de estar. Ano passado, estávamos com 47% no mesmo período. A intenção, se a receita tivesse se comportado de uma forma positiva, era fechar o ano com 45%, mas não foi possível. Devemos fechar o ano em torno dos 50%. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino. Lei de Responsabilidade Fiscal, aplicação é de 25%. Estamos com aplicação de 29,44%. Isso principalmente por aquilo que eu expliquei de ter trazido os 30% para dentro da folha da Prefeitura. Estamos com aplicação 4% acima do previsto na lei. Saúde. Aplicação de 13,66%, ainda um pouco abaixo dos 15%. Não me preocupa esse número, porque ano passado, nesse mesmo período, estávamos com 12% e fechamos o ano com 16%. O último quadrimestre é sempre mais forte, tanto em arrecadação quanto em investimento. Devemos fechar em torno dos 16% de novo, é a projeção que temos feito dentro da Secretaria. Endividamento do município. Dívida com a Caixa Econômica. Fechamos o ano com uma dívida de R\$ 56 milhões ano passado, estamos com ela em torno de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

R\$ 57 milhões. Aqui, esse aumento de dívida se justifica principalmente aos recursos que a gente tem utilizado para a construção do aterro sanitário, que já está em obras para a gente acabar com o lixão. FONPLATA, R\$ 132 milhões, dívida passou para R\$ 139 milhões. A dívida do FONPLATA, a partir de agora, ela só cai, não tem mais dinheiro para vir, a gente não tem mais recursos para pegar do FONPLATA. Então, a partir de agora, só vai os pagamentos. Então, essa dívida, a tendência dela é só de queda, não tem mais aumento dela. A gente tinha uma contrapartida de R\$ 30 milhões também para fazer dentro do FONPLATA, que foi cumprida já plenamente. Então, a gente está só gastando o saldo final para terminar a obra até janeiro. Banco do Brasil, era de R\$ 2,9 milhões, agora está em R\$ 2,2 milhões. INSS, era R\$ 12,7 milhões, a dívida, está em R\$ 10,4 milhões. Previoporã R\$ 59 milhões em 31/12/2024, está em R\$ 54 milhões agora, até 31/08/2025. A dívida com o INSS, ela tem caído porque o município tem cumprido seus parcelamentos e não tem feito novos. Isso porque o governo federal mudou a regra, você não consegue mais atrasar o INSS. Ele é debitado, você atrasou, os 10 dias ele debita no FPM automático do município, eles vão lá e recolhem a arrecadação e pronto. Então, não dá mais para atrasar. Ou você negocia antes, ou vai perder. E o juro do INSS é só 20%. Eles adoram que você atrase esses 10 dias. Receita federal, as dívidas com o PASEP, eram R\$ 7 milhões, agora em 31/08 está em R\$ 4.600 mil reais. Precatórios, R\$ 3.993 mil reais, até 31/12/2024, agora em 31/08 está em R\$ 3.931 mil reais. Na verdade, esse valor aqui já não é mais esse, ele já é um milhão só. O tribunal nos devolveu o imposto de renda que era devido para o município que estava no tribunal. Em vez de pegar o dinheiro, a gente abateu na conta. Então, tem um milhão só ainda para pagar até dia 31 de dezembro lá para o Tribunal de Justiça dos precatórios desse ano. Esse número para o ano que vem, veio o próximo já. Só lembrando, o que são precatórios. Ações judiciais que o município perde e que tem que pagar. As dívidas são inscritas até o mês de julho, aquilo que é inscrito em julho, obrigatoriamente, o município tem que pagar durante o ano seguinte. Então, para o ano que vem, a gente já tem um número, é em torno desse aqui também, é um pouquinho menos que o número desse ano aqui. Agradeço a presença de todos, a atenção. Estamos à disposição, presidente. Vou compor a mesa novamente para dar continuidade. Convido o vereador Marcelino Nunes, inscrito, para fazer o uso da tribuna. Senhor presidente Agnaldo Pereira Lima que preside esta honrosa sessão. Fabrício, muito digno secretário de fazenda, vereador Puka,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Miguel, nosso amigo palmeirense. Não sei como foi Palmeiras no final de semana, mas só sei que Flamengo foi bem. Nobres vereadores, funcionários da casa, nos honra com suas presenças. Ouvi atentamente aqui a prestação de contas elaborada e feita pelo servidor da casa, Miguel Jaime. Vejo que todo mundo, senhor presidente, fez o dever de casa. Lembro no começo do ano, quando o governador Riedel, ele orientou todos os municípios de que nós passaríamos por muitas dificuldades. Dificuldade essa que exigiria do legislativo, nas casas de leis, e também do executivo, que fizesse o dever de casa na contenção das despesas, na diminuição de gastos, inclusive em cortes que foram feitos. Eu vejo aqui na prestação de conta do Fabrício, que, como sempre, ele, além de fazer o dever de casa, conseguiu trazer essa economia, já com uma projeção de chegar ao fim do ano quase com aquilo que foi estipulado. A minha pergunta é apenas só para ilustrar e parabenizar todos aqueles que seguiram aquilo que deveria ser feito, o dever de casa. Fabrício, as emendas parlamentares foram importantes, principalmente na questão da saúde, e também em alguns outros setores de investimento. Qual é a sua previsão para esse final de ano? Em relação às emendas? É uma previsão positiva. Nós temos tido sinalização, tanto dos deputados quanto dos senadores, um apoio muito forte do senador Nelsinho, nós temos que ser muito justos nisso. Tanto no passado quanto esse, ele tem sido um parceiro da saúde de Ponta Porã, incondicional. Alguns deputados também. O Dagoberto ajudou muito na saúde e também nas obras de infraestrutura, do horto. Nós devemos toda a reforma do horto, principalmente em emendas do Dagoberto. Então, isso tem contribuído muito. Nós contamos com esse recurso para fechar com os números bem equilibrados. E, na verdade, eles já estão comprometidos, nós falamos isso com segurança, porque a maioria, tanto os deputados quanto os senadores, já nos mandaram o empenho do governo federal. Então, não é algo que nós estamos sonhando, não é um milagre. São coisas pactuadas, são coisas, graças ao prestígio político do município, que estão sendo conquistadas. Era exatamente essa a resposta. Obrigado e parabenizo a todos em Ponta Porã, Câmara Municipal e principalmente a Prefeitura, por dar essa tranquilidade à população de Ponta Porã. É só isso, Sr. Presidente. Alertando que, se tiver mais alguma pergunta, é para entregar para a servidora Bel, que está aqui à direita de vocês, e aqui eu já recebi as perguntas que ela já me trouxe, de que foi feito pelo público seletivo que nos prestigia nesta manhã. Professor, eu tenho aqui algumas perguntas, eu acho que vou fazendo e você vai respondendo. A maioria delas é encaminhada ao secretário





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de Finanças. Sobre despesas. Foram liquidadas as despesas de R\$ 410 milhões até o segundo quadrimestre. Quais são as principais áreas que mais consumiram recursos neste período? Existe risco de déficit até o fechamento do exercício? E, em relação ao endividamento, notou-se que os valores expressivos com FONPLATA R\$ 139,8 milhões, e com o PREVIPORÃ R\$ 54 milhões. Qual o impacto desses passivos na capacidade de investimento do município para os próximos anos? Então, vamos lá. Vamos por partes. Dos R\$ 410 milhões, a conta é bem simples. Metade folha de pagamento, um pouco mais da metade, R\$ 210 milhões, aí você coloca mais uns R\$ 130 milhões de manutenção da máquina pública, as despesas correntes da prefeitura, e o restante foi investimento. Desculpa, tivemos os pagamentos de juros, mais R\$ 30 milhões de encargos da dívida, mais R\$ 5 milhões de juros, você já fechou a conta. Quanto aos R\$ 410 milhões. As principais áreas que consumiram esses valores foi exatamente isso. A folha de pagamento, 49% e a manutenção da nossa infraestrutura. Em relação ao endividamento do FONPLATA, como eu expliquei, esses R\$ 139 milhões é o recurso total que a gente recebeu do FONPLATA desde o início, os R\$ 25 milhões do FONPLATA, que não tem mais recurso para vir, então esse número, a tendência dele é só de queda. E os R\$ 54 milhões do PREVIPORÃ. Ambos os recursos, o FONPLATA é previsto um pagamento de R\$ 24 milhões por ano. E o PREVIPORÃ a gente paga de parcelamentos, algo em torno de R\$ 700 mil reais por mês, que vai dar algo em torno de R\$ 8 milhões por ano. Então, a tendência desses números é manter essa linha de queda a partir de agora. E qual o impacto dos passivos na capacidade de investimento? Na verdade, o investimento hoje, aí eu falo não só de Ponta Porã, eu falo dos 5.700 municípios do Brasil, ela está muito relacionada a empréstimos, financiamentos de investimentos, e muito pouco a investimento próprio, já que o recurso próprio hoje está sendo utilizado de uma maneira para você poder manter a estrutura dos municípios funcionando. Não sei se atendeu. Tem mais três perguntas aqui que falam sobre receita. Uma formulada pelo Michel, outra pela Rosemari Portilho também tem outra pergunta. A previsão orçamentária de 2025 foi de R\$ 900 milhões, quase R\$ 1 bilhão. Mas até o segundo quadrimestre foram arrecadados R\$ 417 milhões, ou seja, 46%. Existe risco de não alcançar a arrecadação total prevista até o final do exercício? E quais são as medidas que estão sendo adotadas? Existe. Até porque não vamos atingir esses R\$ 900 milhões. E as medidas já foram adotadas. O prefeito publicou o decreto de contenção de despesas. Por esse decreto, nós, do âmbito da Secretaria de





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Finanças, temos o poder de cancelar empenhos. Você cancelando empenhos, não gasta, e aí você mantém dentro do padrão de arrecadação que você está tendo. Não existe possibilidade de você gastar mais do que você arrecada. Você tem que fechar a conta. Então você tem que tomar essas medidas mais drásticas, infelizmente, para poder compor. Para vocês terem uma ideia, a gente já está aqui na Câmara desde o final de agosto e está em discussão nas comissões, o orçamento do ano que vem. Nós tínhamos pretensão de, em 2025, ter atingido R\$ 1 bilhão. E eu tenho falado isso, acho que nos últimos 4 ou 5 anos, eu tenho profetizado essa tentativa de chegar a R\$ 1 bilhão. E, infelizmente, esse R\$ 1 bilhão, dentro dos números, ele ficou para 2027. Ano que vem, a gente apresentou um orçamento na Casa dos R\$ 800 milhões, uma redução de R\$ 100 milhões no orçamento, para ficar dentro do padrão de arrecadação que a gente está tendo. O Brasil tem tido muitos problemas internacionais, tem esse tarifaço que começou a repercutir, apesar de as exportações, por motivos de dinâmica do mercado privado, tem aumentado, mas não é uma manutenção perene que a gente vê aí. Então nós vamos ter problemas se a situação internacional do Brasil não for solucionada. Principalmente nós, que somos um Estado ligado à atividade agro. Então é isso, são essas medidas que têm sido tomadas pelo município para a gente tentar manter o equilíbrio para o ano que vem. Dora Nuñez, ela fez, sob transferência da União e do Estado, que representam a maior fatia da receita, um total de R\$ 270 milhões. O município está planejando estratégias para aumentar a autonomia financeira, reduzindo a dependência de transferência externa? A gente sempre tenta aumentar a arrecadação, mas você aumentar a arrecadação tem dois caminhos, a eficiência na cobrança ou aumento de impostos. Infelizmente não tem outros dois caminhos. A gente tem tomado medidas quanto à eficiência da arrecadação, ser mais rápido, mais ágil, cobrar aquilo que realmente é devido e talvez a gente precise pensar em alguma coisa em impostos. Mas a situação do Brasil hoje, e de todo o mundo, está muito difícil de você trabalhar nisso. Então a gente tem que ter buscado mais eficiência na arrecadação. Um dos resultados que você vê de eficiência de arrecadação é o próprio IPTU, que em 2017 era um IPTU lançado, em 2016, o último ano, desde que eu entrei, pelo menos, o lançamento do IPTU do município era de R\$ 12 milhões. Não te atrapalhando, mas a pergunta da Rosemary Portilho também é sobre IPTU. Até eu gostei de fazer ela. O IPTU arrecadou R\$ 24 milhões no período. Esse resultado está dentro da prevista ou abaixo do esperado? E se há previsão de revisão cadastral ou melhorias





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

na cobrança para ampliar esse resultado? Então já vou respondendo dela que eu respondo tudo. Obrigado, Rosemary. Então, a gente tinha lá um lançamento de algo em torno de R\$ 11 milhões de IPTU. Esse ano nós lançamos R\$ 40 milhões sem aumento nominal. Só com o quê? Eficiência de cobrança. Cobrando aquilo que não era cobrado. Isso é algo que vai ser revisto agora de novo. Nós vamos refazer o cadastro do município. O cadastro nosso foi feito em 2018, o recadastramento. A gente vai refazer ele agora em 2025. Isso vai trazer uma melhoria para a arrecadação. Infelizmente, em Ponta Porã, as obras irregulares ainda são uma realidade muito forte. E a máquina fiscal da prefeitura, hoje nós aumentamos o quadro da Secretaria de Obras. No passado, só tinha dois fiscais, hoje tem oito. Mesmo assim, está muito difícil você abraçar o município inteiro com oito fiscais. Para a gente poder olhar tudo isso. Tem muitos casos aí, por exemplo, a pessoa ia lá, construía uma casinha pequenininha, regularizava na prefeitura e depois disso ampliava. Isso você pega no cadastro. Esse ano, em 2018, o município comprou uma foto de satélite para fazer esse cadastramento. Para o ano que vem nós vamos gastar um pouquinho mais. Tem três maneiras de você fazer o cadastro de um município. Um é foto de satélite, dois é voo contratado, você contrata aviões especiais que têm um equipamento de câmera que cobrem a cidade inteira e a terceira maneira, que é a melhor, é o voo por Drone. Em Ponta Porã, em função de fronteira e do exército cedendo à cidade, o voo de drone é proibido. Então, o município está contratando o voo tripulado, que são os aviões. Esses aviões precisam ter autorização do Ministério do Exército. Então, a gente está trabalhando nessa regulamentação para poder fazer esse recadastramento o ano que vem. É algo muito mais caro do que a gente fez. Para vocês terem ideia, uma foto de satélite aí, para você comprar, vai custar algo em torno de R\$ 10/ 20 mil reais. Um voo tripulado vai custar em torno de R\$ 200/ 300 mil reais. O drone já custaria algo mais próximo dos R\$ 500 mil reais. Mas isso tudo compensa na arrecadação. Ele te dá uma exatidão de medidas que tem uma eficiência de cobrança muito melhor. O município não está cobrando o que não deve, ele está cobrando aquilo que realmente é devido. Não sei se respondi, presidente. Respondeu sim, secretário. Uma pergunta do Sr. Carlos Monfort sobre o pessoal. O gasto com o pessoal atingiu 49,83% da receita líquida, ficando abaixo do limite prudencial de 51%. Existe margem para contratações emergenciais em áreas críticas, como saúde e educação, sem risco de ultrapassar o limite da LRF? Infelizmente não, porque a gente deve fechar o ano na faixa dos 50%, que já é acima do limite





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

de alerta, muito próximo do prudencial. Você chegar acima do prudencial traz uma série de sanções para o município até de receita. Então a gente tem mantido nisso. O espaço para novas contratações está atrelado ao aumento de arrecadação, infelizmente. Está certo. Vereador Jelson, ele faz a pergunta de saúde. A aplicação dos recursos próprios foram de 13,66%, abaixo do constitucional de 15%. Quais fatores que justificam esse descumprimento e se há previsão de compensação até o final do exercício para evitar sanções legais? Isso já está planejado. A gente deve fechar o ano com 16%. Apesar do município ter colocado mais recursos nominalmente na saúde nesse período, o recurso que veio do SUS da União, ele deu uma folga muito boa. Mesmo com as emendas parlamentares que estão entrando agora na saúde, provavelmente o 13º e a folha de dezembro da saúde, vão ter que sair inteiramente do caixa do município. Isso já aconteceu ano retrasado, já aconteceu ano passado e está dentro da projeção para se repetir dentro desse ano. Para você ter uma ideia do que nós estamos falando de valor, estamos falando de R\$ 10 milhões de reais entre folha de dezembro e 13º. Só com isso você já leva o índice para mais de 15. Então vai chegar tranquilamente, vamos atender à exigência legal. Tem duas perguntas aqui, uma do Elismar e outra do Caíque, que são ligadas a controle de transparência. Vou fazer as duas já para o senhor. Houve previsão para operação de crédito de R\$ 24 milhões. Qual que é a destinação desses recursos e se foram efetivamente contratados e utilizados? Essa é uma. A segunda que é do Caíque, considerando o cenário econômico de fronteira, com forte dependência do comércio e arrecadação em ICMS, o município tem monitorado o impacto nas políticas do Paraguai, como Maquila, Free Shop, sobre a arrecadação local? O povo está animado nas perguntas. A gente tem monitorado sim. E a gente até incentiva a Maquila. Quanto mais Maquila, melhor para o município, porque a lei de Maquila, para quem não tem conhecimento, ela obriga que parte do investimento seja feita no Brasil, parte da produção seja feita no Brasil. Isso vai acontecer onde? Em Ponta Porã. Isso gera o que? ICM, ISS, Imposto de Renda, uma série de arrecadações. Então, a lei de Maquila favorece muitos municípios de fronteira. E a gente tem monitorado e incentivado isso. Tanto que a gente tem uma parceria com o Paraguai na busca de empresas dispostas a se instalarem no Paraguai. A gente sabe que competir com o custo lá está muito difícil, apesar de eles estarem aprendendo algumas lições com o Brasil, algumas que a gente não gostaria, principalmente a cobrança do Imposto de Renda lá. O sistema é o mesmo. Eles estão evoluindo tributariamente, mas mesmo





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

assim o Paraguai é um país que tem um futuro financeiro muito promissor. Ele vai voltar ao que ele era no passado, provavelmente. Tem mais duas perguntas, uma do vereador Vanderlei Avelino e uma da vereadora Lourdes Monteiro. Vereador Vanderlei Avelino pergunta sobre assistência social. O Fundo Municipal de Assistência Social liquidou R\$ 9,8 milhões em despesas, sendo R\$ 8,4 milhões com recursos próprios. O município tem conseguido receber regularmente a transferência da União do Estado em assistência social e continua arcando majoritariamente com os recursos próprios? Isso é histórico, não tem alteração. Continua o mesmo cenário dos últimos anos. A assistência social só sobrevive com recursos próprios. Não que não venha recursos, mas, por exemplo, o que acontece com o dinheiro da assistência social, que isso é bem interessante. Vem recurso para a construção de um centro de atendimento novo. O recurso que vem não pode ser usado para pagar aluguel. O recurso não pode ser usado para pagar pessoal. O recurso não pode ser usado para pagar despesas. O recurso não pode ser usado para pagar água. O recurso não pode ser usado para pagar luz. Então, o que acontece? Eles mandam dinheiro para você construir. Beleza, você construiu. E todo o resto da despesa é do município. Parar colocar veículo, para colocar pessoal. Então, a manutenção de todos esses programas é sempre custo do município. Então, alguns programas que existem, que são muito bons, a gente não consegue aderir até, porque você vai ter o investimento, mas você não tem recurso para manter. Porque ele tem que sair 100% do caixa do município. Essa lei precisa ser mudada. Você deveria ter uma agilidade, uma flexibilidade maior dos recursos da assistência. O governo deveria permitir que esse dinheiro que vem fosse usado de várias maneiras, dentro do programa. Não é pegar esse dinheiro e usar em outra coisa. É usar dentro do programa. Não só para implantação, mas para manutenção do programa. Certo. A última pergunta, professor, é da vereadora Lourdes Monteiro. São duas perguntas, na verdade, sobre educação. O FUNDEB arrecadou R\$ 69 milhões e praticamente 100% foram aplicados como remuneração dos profissionais, restando apenas 0,1% de apoio do ensino básico. Isso significa que não sobra recurso suficiente para manutenção, estrutura e qualidade pedagógica. Como o município está suprindo essa carência? Essa é uma pergunta. E a segunda é a aplicação mínima constitucional foi de 29%, acima dos 25% obrigatório. O que justifica esse percentual elevado? Está sendo investido em expansão de rede, novas escolas, valorização de professores? Educação e saúde são duas coisas que é secar gelo. Quanto mais você investe, maior a demanda e maior tem que





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ser o investimento sempre. Então, quando você atinge um patamar, defeitos tem, problemas tem, mas a gente tem um nível em Ponta Porã muito acima de grande parte dos municípios. Outro dia eu estava conversando com o secretário, não vou citar o município, e aí eu via o tanto de investimento que ele estava fazendo em educação. Aí você vai olhar quantas escolas você tem. Ele tinha duas. A gente tem aí 27. É, nós perdemos. É muito mais fácil. Aral Moreira passou da gente, em alguns números lá, mas você vai ver a quantidade de escolas que tem. Número de alunos. Gente, é só olhar a central de matrícula ou tanto de aluno que você não tem residência fixa no Brasil. Olha na linha lá na hora da saída das escolas. Não estou criticando, mas é uma realidade. A gente mantém uma estrutura para muito mais alunos do que a gente recebe. Você pega o Cadastro da Saúde, nós temos oficialmente 92 mil habitantes, o Cadastro da Saúde tem quase 140 mil pessoas. E você atende. Existe a necessidade de serem vistas políticas diferentes para municípios de fronteira. A gente tem uma realidade muito diferente e você não pode deixar de atender. Você não pode deixar de levar as coisas para essa população. Você olha agora na época de matrícula das faculdades de medicina, o tanto que aumenta o pedido de vagas aqui no município. Mas assim, está sendo feito investimento. A gente tem ampliação de salas de aula prevista, por ano que vem, de novas creches. E esse investimento tem saído do cofre do município. E aí corresponde a questão do aumento de estar acima de 25%. A questão do FUNDEB. A gente pagou dentro dos 30%, até muitos anos atrás, a compra de material escolar, o kit escolar e uniformes, saía do FUNDEB. Tem alguns anos que sai do Tesouro. Nós estamos falando de quanto em dinheiro no ano? Nós estamos falando de R\$ 4 milhões de reais por ano, que é uniformes e kits escolares. Sai do caixa do município, que antes saía do FUNDEB. Mas para que isso? A gente manteve, para manter o FUNDEB dentro do nível aceitável. A gente tem uma demanda muito grande e legal hoje de professores auxiliares, em função das questões do autismo e de outras complexidades que existem. Então você está tendo que ter um olhar mais cuidadoso, não só para a educação dentro do município, mas principalmente dentro da saúde. Obrigado, professor. E essa Câmara Municipal, e aí eu falo em nome dos 17 vereadores, tem feito um trabalho, principalmente nas instituições de esfera nacional, como o PARLASUL, que nós vamos ter reunião do PARLASUL aqui na Câmara Municipal nos próximos dias 27 e 28 de outubro, onde a gente está buscando, através da Frente Nacional de Prefeitos, o qual o nosso prefeito Eduardo Campos é o vice-presidente do Eixo





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Fronteira, trazer essas cidades de fronteira, e são três as cidades que compõem a nossa região, para Ponta Porã, no dia 27, numa reunião lá na Prefeitura, no anfiteatro, onde nós vamos fazer a Carta da Fronteira, que é justamente tratamento igual aos iguais e tratamento diferente aos diferentes. Hoje Ponta Porã vive, por ser uma região de fronteira, vive uma realidade bem diferente das outras. Se comparar um município de 95 mil habitantes lá no interior de São Paulo, não é a mesma coisa que comparar aqui, em tudo, tudo muda. A economia muda, a saúde muda, a escolaridade muda, a educação muda, e isso vem, como o senhor disse, professor, nós não estamos aqui para reclamar, pelo contrário, eu acho que essa casa aqui é muito responsável e tem trabalhado nesse sentido, e aí o vereador Marcelino, a vereadora Lourdes, o vereador Jelson, o vereador Vanderlei, o vereador Puka, que me acompanha nesse momento aqui na mesa, e os demais vereadores, são muito responsáveis no sentido de justamente buscar dentro da criatividade, maneiras e meios de que a gente possa fazer uma percepção diferente disso, principalmente na questão financeira, que é a parte que mais nos toca. Mas eu quero, nesse momento, agradecer, em nome dos 17 vereadores desta casa, todos que participaram dessa audiência pública, especialmente os técnicos da Prefeitura, que trouxeram inúmeras explicações, e também a cada cidadão e cidadã que acompanhou atentamente a prestação de contas, que hoje lotou esse plenário desta casa, e também a quem está assistindo pela transmissão. A lei de responsabilidade fiscal, ela nos ensina que governar é planejar, executar e prestar contas, e isso é o que estamos fazendo hoje, dando transparência no uso do recurso público, mostrando com clareza o caminho das receitas e das despesas do nosso município. O que fica evidente é que Ponta Porã segue no rumo do equilíbrio fiscal com responsabilidade na aplicação de recursos, com a determinação de cumprir as metas estabelecidas. Sabemos que os desafios são muitos, mas temos confiança de que com o trabalho entre o executivo, o legislativo, a sociedade, vamos alcançar os resultados esperados. A Câmara Municipal permanece vigilante e atuante, mas também precisa de parceira, porque acredita na boa política construída com o diálogo, fiscalização e cooperação. O nosso compromisso é com o cidadão de Ponta Porã, que precisa se sentir satisfeito, cada vez mais, com o serviço prestado, o reflexo da boa gestão das contas públicas. Encerramos essa audiência pública com a certeza de que Ponta Porã caminha firme no cumprimento das suas metas fiscais, na construção de uma cidade justa, mais moderna e preparada para o futuro. Na certeza que Ponta Porã será a melhor





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

cidade para se viver e se investir no Mato Grosso do Sul. Muito obrigado a todos. Antes de encerrarmos a presente Audiência Pública informamos que a prestação de contas do segundo quadrimestre do ano de 2025, conforme determina a Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que trata sobre finanças públicas, bem como o parágrafo único do artigo 63 juntamente com o artigo 92 da Lei Orgânica do Município de Ponta Porã, serão devidamente encaminhadas ao tribunal de contas para análise, sendo que, após a deliberação do egrégio tribunal, serão encaminhadas para o plenário nesta casa de Leis. Desta forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública de prestação de contas dos poderes executivo, legislativo e PREVIPORÃ do município de Ponta Porã estado de Mato grosso do Sul.

AGNALDO PEREIRA LIMA

JELSON BERNABÉ

MARCELINO NUNES

DANIEL "PUKA" VALDEZ

PROF^a LOURDES MONTEIRO

VANDERLEI AVELINO

